

● Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

A terapia recessiva

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

exportações, a maior parte deste saldo terá de surgir de compressão nas importações — aliás, como ocorreu na recessão de 1981.

Há uma hipótese levantada na Seplan, mas ainda não discutida de forma conclusiva, que pode ajudar nesta direção, hoje, os estoques de petróleo do País são equivalentes a três meses de consumo. Caso se permitisse sua redução para dois meses de consumo, haveria uma economia de US\$ 850 milhões. A situação de oferta abundante no mercado petrolífero favoreceria esta alternativa. De toda forma, sua adoção dependeria do crivo da Segurança Nacional.

O fato é que, com um desempenho tímido previsto para as exportações, será preciso que as importações fiquem pelo menos US\$ 2 bilhões abaixo do previsto para este ano (US\$ 20,5 bilhões), para que se obtenham os US\$ 4 bilhões de superávit comercial. E há, evidentemente, uma relação direta entre importações e crescimento industrial.

Há alguns anos, esta relação podia ser descrita, matematicamente, pela proporção de 1,5 de importação para 1 de produto industrial. Esta relação, pelo que constatou a assessoria econômica da Seplan, foi reduzida, e hoje deve estar em algo como 1,2 para 1. O que isto quer dizer, pensando-se no próximo ano?

Supondo-se a economia no estoque de petróleo e a necessidade de reduzir em US\$ 2 bilhões as importações, o produto industrial, grosso modo, cairia 7%. Sem sacrificar os estoques de petróleo, nem imaginar outra alternativa equivalente, a queda do produto industrial poderia chegar a mais de 10%, o que, desde logo, se pretende evitar.

Para qualquer lado que se olhe, há dificuldades. O corte proposto no déficit público interno é considerado pelos próprios técnicos da Seplan como drástico. Há mesmo quem sugira que é possível pensar num

escape do imposto de empresas ou profissionais liberais que possuem alguma propriedade no campo, geralmente pouco produtiva.

No caso da pessoa jurídica, pensa-se em rever o sistema das empresas individuais, hoje com teto de desconto no IR. Mira-se o exemplo norte-americano, onde os resultados de empresas limitadas são remetidos para o Imposto de Renda da pessoa física dos controladores; apenas as S.A. estão sujeitas a regime tributário próprio. Tudo isto, por enquanto, são hipóteses consideradas e, em alguns casos, quantificadas.

No caso das estatais, a intervenção será cirúrgica. As contas finais ainda não estão feitas, mas implicarão uma contenção razoável. Os investimentos devem cair 3 a 4% em termos reais ou mais, se for necessário. O custeio também será cortado num volume ainda não determinado.

Todo este conjunto de providências constitui o trunfo que o governo imagina mostrar aos banqueiros internacionais como prova da disposição brasileira de ajustar-se, sem renegociar. Só uma reviravolta favorável no cenário internacional, de toda forma, teria o poder de arquivar este roteiro.

déficit em transações correntes não superior a US\$ 9 bilhões, mesmo que o déficit interno fique em uns 3,5% do PIB. A tarefa designada, de toda forma, é equacionar as alternativas necessárias de política econômica para manter o déficit em 2,5% do PIB.

Será indispensável um reforço na receita tributária, acreditam os técnicos responsáveis. Terá de ser algo harmonioso com o projeto de reforma tributária que se está elaborando para o início do próximo ano. O que se pensa, ainda embrionariamente, é num reforço na área do Imposto de Renda, tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas, que representa-se maior arrecadação já em 1983. Na área de pessoas físicas, cogita-se tanto em ajustes nos ganhos financeiros e nos limites de deduções quanto na extensão do IR sobre propriedades agrícolas. Hoje, a isenção ao proprietário rural tem criado uma válvula de

A terapia recessiva

por Celso Pinto
de Brasília

O governo começou a fazer as contas de 1983 e os resultados são muito pouco animadores. Para atender aos dois parâmetros fixados pelo ministro Delfim Netto — um corte do déficit em transações correntes de US\$ 14 bilhões para US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões e uma severa redução do déficit consolidado do setor público, de 5,6% do PIB para 2,5% — haverá um considerável sacrifício. Uma primeira simulação indica que o produto industrial poderá cair entre 6 e 8% no próximo ano, o que significará uma dura recessão.

As duas pontas são interdependentes: para diminuir o déficit em transações correntes, em dólares, será preciso reduzir o déficit público, em cruzeiros. Do lado das estatais e dos ministérios, isto significará queda real nos investimentos e corte nas despesas de custeio. Nas contas do orçamento monetário, terá de incluir uma substancial redução dos subsídios creditícios. E nas contas do Tesouro, concluem os assessores da Seplan, terá de contar com mais receita tributária. Em outras palavras, com mais impostos.

Na quarta-feira à noite, esta equação começou a ser discutida e montada numa reunião dos principais assessores econômicos do ministro Delfim Netto. E uma armadilha delicada. Se

a dose recessiva sobre o setor privado for excessiva, acabará comprometendo receitas fiscais. Uma investida exagerada sobre subsídios agrícolas pode dificultar metas de exportação. Em qualquer hipótese, será uma terapia recessiva.

Para se ter uma idéia aproximada do que representa um corte do déficit público interno de 5,6% para 2,5%, é útil ver as projeções contidas na Consolidação Plurianual de Programas de Governo, o CPPG. Este trabalho, da Seplan, previa um déficit público consolidado de Cr\$ 2.164 trilhões no próximo ano, a preços de 1982, correspondentes a 4% do PIB. Se o cenário fosse exatamente o imaginado no CPPG, a redução para 2,5% seria equivalente a Cr\$ 811 bilhões, ou seja, seria preciso criar receitas ou cortar despesas nesta proporção.

Este alívio nas contas do setor público ajudaria a viabilizar o que de fato interessa, o balanço de pagamentos. Somando-se as contas de juros externos, em torno de US\$ 10 bilhões, e o déficit de serviços, de no mínimo US\$ 3,5 bilhões, será preciso produzir um superávit comercial não inferior a US\$ 4 bilhões ou 5 bilhões, em 83, para chegar ao déficit em transações correntes de, no máximo, US\$ 9 bilhões. Como é irrealista, hoje, supor alguma reação expressiva nas

(Continua na página 3)

Economia
Econômico
Brasil